

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/336735809>

“UMA INDÚSTRIA AUSENTE”: A REGIÃO DA AMAZÔNIA NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE LONDRES (1862)

Article in *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)* · October 2019

DOI: 10.35701/rcgs.v21n1.611

CITATIONS

0

READS

48

5 authors, including:



[Sérgio Redón](#)

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

8 PUBLICATIONS 13 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Andréa Lopes](#)

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

4 PUBLICATIONS 1 CITATION

[SEE PROFILE](#)



“UMA INDÚSTRIA AUSENTE”: A REGIÃO DA AMAZÔNIA NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE LONDRES (1862)

"An absent industry": the Amazon region at the London International Exhibition (1862)

“Una industria ausente”: la región de la Amazonia en la Exposición Internacional de Londres (1862)

Anna Carolina de Abreu Coelho¹

Sérgio Moreno Rédon²

Rafael Gonçalves Gumiero³

Andréa Regina de Britto Costa Lopes⁴

Maria Rita Vidal⁵

RESUMO

As exposições universais durante o século XIX eram denominadas “festas do progresso”, vitrines para apresentar o melhor de cada país. Essa busca por uma representação civilizada poderia ocorrer de várias formas quando se tratava dos países das américas do sul e central, no caso brasileiro o relatório da Exposição Universal de Londres (1862), escrito por Francisco Inácio de Carvalho Moreira, demonstra uma escolha por ressaltar a diversidade dos produtos provinciais. Indo ao encontro dessa exposição da diversidade, este artigo busca entender as formas regionais de representação das províncias do Pará e do Amazonas, cujos produtos eram notadamente objetos naturais, advindos do extrativismo, pela comissão brasileira; partindo de uma discussão sobre civilização e natureza na região da Amazônia.

Palavras-chave: Região; Exposição; Amazônia; Londres; Natureza; Civilização.

¹ Diretora da Faculdade de Ciências Humanas do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (IETU/UNIFESSPA). Email: annacarolinaabreu@unifesspa.edu.br

² Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário (IEDAR/UNIFESSPA). Email: smredon@unifesspa.edu.br

³ Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário (IEDAR/UNIFESSPA). Email: gumiero@unifesspa.edu.br

⁴ Coordenadora do Curso de Especialização em Território, Região e Identidades na Amazônia Oriental do IETU/UNIFESSPA. Email: andrea.lopes@unifesspa.edu.br

⁵ Coordenadora do Curso de Especialização em Geotecnologias e Recursos Naturais na Amazônia Oriental do Instituto de Ciências Humanas (ICH/UNIFESSPA). Email: ritavidal@unifesspa.edu.br

ABSTRACT

The universal exhibitions during the 19th century were called "festivals of progress", showcasing the best of each country. This search for a civilized representation could occur in many ways when it came to the countries of South and Central America. As it comes to Brazil, the report of the 1862 International Exhibition at London, written by Francisco Inácio de Carvalho Moreira, reveals a choice of emphasizing the diversity of products from each Brazilian province. Looking back to that and starting from a discussion about civilization and nature in the Amazon region, this paper aims to understand the regional forms that the Brazilian commission represented the provinces of Pará and Amazonas, whose products were notably natural objects, from extractivism.

Keywords: Region; Exhibition; Amazonia; London; Nature; Civilization.

RESUMEN

Las exposiciones universales durante el siglo XIX eran llamadas "fiestas de progreso", escaparates para presentar lo mejor de cada país. Esa búsqueda por una representación civilizada ocurrió de varias formas cuando se trataba de los países de América del Sur y Central. En el caso de Brasil el informe de la Exposición Universal de Londres (1862) escrito por Francisco Inácio de Carvalho Moreira, demuestra una acción por resaltar la diversidad de productos provinciales. Yendo al encuentro de esa exposición de la diversidad, este artículo busca entender las formas regionales de representación de las provincias de los Estados del Pará e del Amazonas escogidas por la comisión brasileña, cuyos productos seleccionados eran mayoritariamente naturales, producidos por la actividad extractiva; iniciando una discusión sobre civilización y naturaleza en la región de la Amazonia.

Palabras clave: Región; Exposición Universal; Amazonia; Londres; Naturaleza; Civilización.

INTRODUÇÃO

As exposições internacionais foram consequentes do estímulo da Revolução Industrial que apresentou celebrações intensas do nascimento da modernidade, da unificação monetária e de intercâmbio entre países do mundo capitalista entre 1850 e 1900¹. O aumento do público motivava uma organização cada vez mais acurada dos eventos, teriam sido 6 milhões em Londres em 1851, 12 milhões em Paris em 1867, cerca de 30 milhões em Paris em 1889 e Chicago em 1893, e próximo de 50 milhões em Paris em 1900; após o século XIX esse interesse diminuiu e esse número só foi alcançado novamente no ano de 1967 em Montreal.

De acordo com Heloisa Barbuy (1996, p. 212) as exposições mesmo tendo natureza industrial não eram simples feiras comerciais, sendo mais próximas das tradições de salões de arte. Para López-Ocón Cabrera (2002) a visão das exposições como guias da humanidade ganhou uma iconologia representativa; um dos signos mais emblemáticos era o farol que coroava a Torre Eiffel, cuja luminosidade era visível em um raio de 300 km. A exaltação ao progresso científico e industrial unia-se a uma perspectiva educativa apresentando "um teatro de maravilhas" nessas exposições (LÓPEZ-OCÓN CABRERA, 2002, p. 103-123).

¹ David Harvey (2003) explica amplamente o significado que tinham essas celebrações para a cidade de Paris no final do século XIX. E, com este caráter, as exposições internacionais continuam se celebrando até hoje, sendo que a próxima exposição será realizada em Dubai no ano de 2020.

As Exposições Internacionais por sua tentativa de ordenação e representação de um microcosmo mundial de tempo e espaço expressam características de sociedades controladoras ao “fazer todo o mundo, passado e presente, metonimicamente disponível na coleção de objetos e pessoas que elas reúnem” (BENNETT, 1965, p. 66). O termo exposição foi ampliado durante o século XIX de acordo com a organização de eventos cada vez mais abrangentes e uma maior concorrência entre cidades e países para sediá-las. A Exposição de Londres (1851) foi considerada a primeira exposição internacional, devido sua abrangência, por ter reunido representantes de 25 países e de 15 colônias. Em 1888, ocorreram vários eventos de porte semelhante como a Exposição Universal de Barcelona, a Exposição Universal de Bruxelas, a Exposição Nórdica da Indústria, Agricultura e Arte em Copenhague, a Exposição Internacional de Ciência, Arte e Indústria em Glasgow e a Exposição do Centenário em Melbourne.

Para Nelson Sanjad (2017), as exposições e mostras nacionais e internacionais compartilham com os museus preocupações educativas, e por serem “espaços de ordenação” utilizam de uma metodologia meticulosa de classificação dos objetos expostos, sendo estes organizados em grupos e classes, de acordo com seu material ou destinação; essa organização dialoga com a tradição do saber enciclopédico do século XVIII. A exposição londrina de 1851 foi modelar para as posteriores por elaborar um método de apresentação de objetos nas exposições (SANJAD, 2017, p. 785-826).

Nesse sentido, López-Ocón Cabrera (2002, p. 106) menciona que esses eventos de encontro e intercâmbio teriam sido um demonstrativo do colonialismo e do imperialismo da época, que era visível na forma em que esses eventos organizavam os pavilhões, a exemplo da exposição de 1889 em Paris, que dividiu o mundo “não-civilizado” em quatro zonas: a árabe, a oceânica, a africana e a asiática; onde as colônias e outros locais deveriam ser petrificadas em imagens que permitiriam constatar sua inferioridade racial e onde havia a ausência da modernidade em suas representações.

Se para as colônias europeias havia esse problema, como se organizaram as nações latino-americanas, que estavam em pleno processo de forjamento de sua identidade nacional, para apresentar uma imagem positiva ao público e atraente aos negociantes?

Para Alda Heizer (2010, p. 4-6), era expressiva a busca de afirmação entre os países da América Latina nas exposições internacionais, mas era possível notar que a forma elencada por cada país podia ser bem diferente, como a Argentina que procurou objetos que pudessem destacar uma representação europeia e civilizada, evitando objetos indígenas; ao contrário de países como o Brasil que procurava trazer algum artefato indígena em suas exposições. Murillo

Sandoval (2015, p. 172-274) mencionou que a Venezuela escolheu elementos industriais e naturais, visando expor-se como a nação cuja natureza era apta aos investimentos estrangeiros para todos os cultivos e produções; e que o Chile, durante a Exposição Internacional, que sediou em 1875, procurou apresentar as riquezas de suas províncias, em imagens que revelassem o domínio de uma natureza pródiga pelos chilenos que se demonstrava em um país agrícola e minerador.

De forma semelhante ao Chile, o Brasil desenvolveu um processo de ordenação dos itens, partindo de suas próprias exposições nacionais como etapas preliminares, o que pode ser percebido exemplarmente na organização do país para a Exposição Internacional de Londres em 1862: “Mas, antes de remeter objetos dignos de figurar entre os de outras nações, convinha conhecer o que possuíamos, e escolher produtos dignos de representar a nossa indústria e os nossos recursos. Eis o que deu origem à Exposição Nacional” (BRASIL, 1862a, p. 12.).

De acordo com Heizer (2010), esse processo de ordenação dos itens, partindo de suas próprias exposições nacionais como etapas preliminares, envolvia um diálogo com associações industriais, comerciais e os museus e ocorria de forma semelhante tanto nas repúblicas latino-americanas quanto no Império do Brasil. No Brasil, podemos visualizar esse processo de organização neste trecho do *Relatório Geral da Exposição* (1862a, p. 12):

O Brasil não figurou nas duas grandes festas industriais das nações, de 1851 e 1855; graças, porém à iniciativa de duas sociedades, e à munificência imperial, ele vai tomar lugar entre as nações expositoras, na grande festa universal de maio de 1862. Mas antes de remeter objetos dignos de figurar entre os de outras nações, convinha conhecer o que possuíamos, e escolher produtos dignos de representar a nossa indústria e os nossos recursos. Eis o que deu origem à Exposição Nacional. As províncias do Império foram convidadas a reunir tudo quanto pudesse representar as suas riquezas naturais e industriais, a fazer exposições locais, e a enviar para a corte o que fosse possível coligir, a fim de efetuar-se, no dia 2 de dezembro, uma Exposição geral de todos os produtos do País.

A representatividade e diversidade das províncias brasileiras pode ser observada ao se analisar o Relatório da Exposição Internacional de Londres (1862), escrito por Francisco Inácio de Carvalho Moreira. Dessa forma, objetiva-se analisar as formas regionais de representação das províncias do Pará e do Amazonas na Exposição Internacional de Londres.

A caminho de Londres: a Exposição Nacional de 1861 e as províncias amazônicas

A 1ª Exposição Nacional ocupou a Escola Central no Largo de São Francisco. A organização do certame nacional ficou a cargo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

(SAIN) e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA)². Posteriormente foram as exposições nacionais mais importantes como as de 1908 e 1922, ambas no Rio de Janeiro, e foram analisadas pela historiadora Margarida Souza Neves (NEVES, 1986; 1988).

Para um dos relatores da Exposição Nacional de 1861, este evento foi muito significativo para a nação, “porque nele, fez o Brasil o primeiro inventário de suas riquezas naturais e de sua indústria, abrindo uma nova estrada de prosperidade” (BRASIL, 1862a, p. 8). O número de expositores da Corte e províncias do Rio de Janeiro foi de 732 e as demais províncias 404. A comissão do Pará trouxe um número expressivo de exégetas, 76 ao total, seguida pela província do Amazonas com 64. Pois, o número é notável ao compararmos com o tamanho das comissões das demais províncias: 53 da Bahia, 44 de Pernambuco, 45 de Minas Gerais, 37 de Alagoas, 19 do Ceará, 42 do Rio Grande do Sul, 5 do Paraná, 3 de Sergipe, 4 de São Paulo, 3 de Santa Catarina, 2 do Rio Grande do Norte, 2 do Piauí, 1 do Espírito Santo, 1 do Maranhão, 1 do Mato Grosso, 1 de Goiás e 1 da Paraíba.

O jornal *13 de maio*, aos dias dezesseis de outubro de 1861, publica um convite para que pessoas da capital e do interior do Pará participassem de um edital que visava uma exposição de produtos naturais e industriais. Após o evento, a comissão especial nomeada pelo governo provincial faria a seleção desses objetos e uma classificação para remeter para a Exposição Nacional de 1861. A comissão paraense era presidida pelo Barão de Jaguarary e formada por Antonio Gonçalves Nunes, Dr. Bruno Cabral de Gouvêa, Francisco Gaudêncio da Costa, Dr. Francisco da Silva Castro, Dr. João Maria de Moraes, Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Dr. José Ferreira Cantão, Dr. José da Gama Malcher e Libanio Pedro dos Santos. Nota-se que a presidência da comissão é atribuída a um nobre (Barão de Jaguarary). Posteriormente, dois dos participantes receberiam título nobiliárquico como é o caso de José Coelho da Gama e Abreu, futuro Barão de Marajó, e Antonio Gonçalves Nunes, futuro Barão de Igarapé-Miri.

A comissão do Amazonas estava subdividida em várias comissões e possuía igualmente coleções especiais como a coleção etnográfica e de curiosidades, que foi organizada por Gonçalves Dias, o conhecido poeta indianista da obra *I-Juca Pirama*; uma mostra mineralógica organizada pelo Dr. João Martins da Silva Coutinho; e uma coleção de produtos ofertados pelo comandante Nuno. Havia ainda uma comissão externa composta por Joaquim Gonçalves de Azevedo, Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Coronel Leonardo Ferreira Marques e Henrique Antony. E uma interna, da qual faziam parte João Martins da Silva Coutinho e Antonio José

² Para mais informações sobre a organização da Exposição Nacional (1861), ver: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.

Moreira. Havia encarregados de produtos específicos como José Antonio Freitas Júnior (óleos, essências, leites, resinas e perfumes), Sebastião José Bazílio Pyrrho (madeiras), Rufino Luiz Tavares (madeira para construção naval e cordoalha), Henrique Antony (materiais industriais, gêneros alimentícios e outros objetos que pudessem ser expostos) e João José de Freitas Guimarães, que era tesoureiro e encarregado do acondicionamento dos objetos (BRASIL, 1862b, p. 33-34).

O número de objetos apresentados na Exposição foi de 4.034 e a presença de objetos naturais foi marcante na Exposição tanto que a Typographia Nacional publicou no ano seguinte o *Catalogos dos Produtos Naturaes e Industriais Remettidos das Províncias do Imperio do Brasil*.

A exposição do Pará apresentou mostras de 189 tipos de madeira para a construção civil, naval e marcenaria; objetos feitos de madeira, uma coleção de óleos de origem vegetal e animal. Bem como, produtos de exportação e comércio: arroz com casca, aguardente de cana, algodão, arroz pilado, açúcar de cana, borracha, cacau, carajuru, castanha do maranhão, castanha de sapucaia, cravo, cumaru, estopa, farinhas de diversos tipos, feijão (de Bragança), fumo, guaraná, jutahicica, licores de laranja, anis, rosa, canela, hortelã-pimenta, cravo e amor-perfeito (que são consumidos somente na província³), milho (exporta somente para o Maranhão), piaçava, pimenta da índia e cravo (cultivados por curiosidade), puxiri, salsa-parrilha, tapioca (produzida em Cameté e Bragança e vendida para a França e Portugal), urucu e urzela. Dentre as seivas estavam o açaí, a seringa, a quaxinduba, o leite de pepino do mato, a ucuuba, a sucuba, a maçaranduba, o mururé, a murupica, o cumati, a carajuru, a caferana, a sucupira, a japana, a paracari e o patchouli. Também fibras e fios, painas, peles, mostras geológicas e minerais, além de produtos naturais não classificados por falta de tempo, totalizando 79 mostras, e objetos manufaturados não classificados anteriormente (BRASIL, 1862b, p. 1-31).

Alguns objetos vindos da comissão do Alto Amazonas foram diretamente enviados para a Exposição Internacional de Londres, pois o Relatório revela que não haveria tempo suficiente para que esses objetos chegassem ao Rio de Janeiro. Além disso, alguns itens etnológicos, que faziam parte da coleção organizada por Gonçalves Dias, e mineralógicos, que faziam parte da coleção do Dr. João Martins da Silva Coutinho, eram muito frágeis. Entre os itens da comissão: 45 tipos de madeira, 38 tipos de resinas, 103 objetos etnológicos e 170 tipos de minerais (BRASIL, 1862b, p. 33-64)⁴.

³ A província do Pará era constituída por todo atual Estado do Pará mais uma parte do atual Estado do Amapá. É bom lembrar que os autores do século XIX, como José Veríssimo (1892) e Barão do Marajó (1883), usavam o termo Amazônia para referirem-se as províncias do Pará e do Amazonas.

⁴ A respeito da presença e importância dos minerais brasileiros nas exposições, ver: SANTOS, Paulo Coelho

Chamam a atenção os itens da coleção etnológica organizada por Gonçalves Dias, que remete à presença da cultura indígena brasileira nas exposições, o que posteriormente será mais dominante na Exposição Antropológica do Museu Nacional de 1882, que foi bastante relevante para a posterior performance do Brasil na Exposição Universal de Paris, de 1889, onde se destacou o Pavilhão da Amazônia e o lago com vitórias-régias do Amazonas (AMOROSO, 2006, p. 127).

O catálogo da Exposição Nacional (1861) demonstra o quantitativo de produtos naturais que destacaram a apresentação das comissões do Pará e do Amazonas com 924 itens do primeiro e 990 do segundo (BRASIL, 1862b). Essas duas províncias tiveram uma exposição especial com 185 objetos apresentados pelo Barão de Mauá, posteriormente Visconde de Mauá, que foi banqueiro, industrial comerciante, um conhecido entusiasta da navegabilidade dos rios amazônicos e pioneiro no processo de abertura e exploração do rio Amazonas.

Houve um esforço das comissões para se apresentarem na corte com uma apresentação de número expressivo de objetos. No entanto, a premiação na Exposição Nacional (1861) não foi significativa. O Pará, por exemplo, conseguiu apenas 2 medalhas de prata, 10 de cobre e 1 menção honrosa. Uma dessas premiações foi a exposição de farinha de tapioca do Pará em que os produtores José Calisto Furtado e Padre Ângelo Custódio de Souza foram premiados com medalha de cobre. O amido da raiz da mandioca, também do Pará, foi premiado com medalha de bronze.

O fumo de borba do Amazonas recebeu menção honrosa pela qualidade superior e foi escolhido para ser remetido à Exposição Internacional de Londres. A coleção de óleos apresentada pela comissão do Pará, com os expositores Luiz Brelaz, Vicente Tedeshi e Roza e Filhos, recebeu medalha de prata e foi remetida para a Exposição Internacional de Londres. Grande parte dos produtos do Pará e do Amazonas elencados pelo Barão de Mauá foram selecionados para a Exposição Internacional de Londres. O cacau foi o único produto cultivado presente na região amazônica que mereceu um destaque no relatório da exposição.

No Relatório da Exposição Nacional (1861), a borracha recebeu relevo por ser um produto de exportação internacional, juntamente com óleos e as madeiras que poderiam ser de alto valor comercial, apresentando possibilidades de comercialização nacional e internacional. São recorrentes no texto elogios à grandeza natural das províncias amazônicas.

Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto e as "seções de geologia" do Brasil nas exposições universais. **REM: Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, p. 347-353, jul. 2006.



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 21, n. 1, p. 165-181, Jun. 2019, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

Mereceram a maior atenção os objetos de produção espontânea da natureza, que, tornando-se a única manufatureira, convida o homem a ter apenas o trabalho da colheita e por isso tem semelhantes produtos de suma importância: neste caso se acham as madeiras, especiarias, óleos, resinas, ceras, sucos, leite, gomas, raízes, cascas, ervas medicinais e alguns frutos. Tudo faz crer que serão apreciados em Londres estes produtos naturais, e que neles venha a riqueza pública encontrar uma nova fonte de prosperidade; e tanto mais quando algum dentre eles, já presentemente explorados em proporções menos acanhadas (...).

As províncias do Amazonas e Pará nestes produtos sobressairam entre suas irmãs, e era isto de esperar, porque é ali grande, sublime e majestoso tudo o que depende da natureza, principiando o rio-mar, o primeiro mundo (BRASIL, 1862a, p. 72).

Porém, o Relatório exprime um questionamento a respeito das possibilidades de modernidade em um território onde a natureza oferece beleza e opulência, pois o homem só produziria em uma natureza pobre e avara? O Relatório entende que esta é uma grande possibilidade, porque os objetos expostos pelas províncias amazônicas demonstravam que naquela localidade “a indústria é nula; exceto aquela que oferece um caráter puramente primitivo” (BRASIL, 1862a, p. 26).

A visão da natureza como excessiva, como entrave à modernidade, apresentada no Relatório da Exposição Nacional de 1861 teve uma expressiva continuidade, a exemplo do que podemos perceber em obras posteriores como a de Euclides da Cunha em 1904, que faz uma descrição da paisagem amazônica como sendo um excesso de céus e de águas, ou na obra de Leandro Tocantins que interpreta a natureza amazônica como exuberante e enganosa, cabendo ao homem uma luta contra a floresta, o clima e as águas para produzir uma civilidade que ia além das atividades extrativistas (CUNHA, 2000, p.113-130; TOCANTINS, 1860, p, 37)⁵.

Franciane Lacerda e Elis Vieira (2015, p. 157-181), analisando jornais e outras documentações, datadas entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, observam que essa documentação discorria que para se obter o progresso através da agricultura, precisava-se, em primeiro lugar, corrigir os excessos da natureza amazônica, para depois investir no ensino agrícola e ampliar o saneamento das áreas rurais, dessa forma se construiria uma nova relação entre homem e natureza mais produtiva e civilizada.

Certamente que as províncias amazônicas apresentavam maiores problemas em relação a modernização agrícola, porém este tema se inseria em um debate nacional. Conforme Almir Pita Filho (1991, p. 71-92), as exposições nacionais de 1861, 1866, 1875, 1881 e 1888 enfatizaram a divulgação das vantagens da mecanização e racionalização da agricultura para

⁵ Para uma leitura específica a respeito das representações da Amazônia como um abismo intransponível e inteligível na historiografia e literatura ver: HARDMAN, Francisco Foot. A Amazônia como voragem da história impasses de uma representação literária. In: HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna.** São Paulo: Unesp, 2009, p. 25-35.

combater os atrasos que esse setor encontrava no Brasil, sendo que o governo imperial não entendia como incompatíveis os avanços tecnológicos e a manutenção do trabalho escravo.

A agricultura e a mineralogia tiveram um espaço considerável no Relatório da Exposição Internacional de Londres (1862), observou-se as novas maquinarias. O documento observava que o progresso era visível a nível mundial sem contestação, mas “o que se observa por outra parte é a desigualdade de sua marcha nos diferentes países” (BRASIL, 1863, p. 53). Um dos entraves para o desenvolvimento da agricultura americana era ela ser “baseada no incêndio” com abandono das terras cansadas até um novo ciclo “o fogo em tudo isto representa sempre o primeiro papel” (BRASIL, 1863, p. 256).

Dessa forma, segundo o Relatório da Exposição Internacional de Londres (1862) deveriam ser inseridas no país, máquinas e práticas agrícolas de países mais adiantados; a irrigação por exemplo, mesmo sendo uma prática conhecida a milênios atrás não era aplicada de forma adequada à natureza, a exemplo dos antigos egípcios, mas deveria ser dominada pelo homem. “A natureza indicou pois os meios, o homem adaptou-os aos seus fins; e foi imitando-a em seus processos que os egípcios asseguraram a fertilidade do seu país. A lição foi-lhes de tanto mais proveito por ser o Nilo o rio que mais limo carrega” (BRASIL, 1863, p. 264).

A agricultura como um projeto nacional desenvolvia-se em diferentes províncias, a exemplo do Pará que contava com associações como a Sociedade Agrícola Paraense e Patriótica e a Sociedade Paraense de Imigração. No ato de criação da Sociedade Agrícola Paraense, Antonio Gonçalves Nunes, o Barão de Igarapé-Miri, mencionou que alguns dos entraves para o desenvolvimento da agricultura na província eram a falta de capital, de mão de obra e de educação profissional. Continuando seu discurso, o Barão de Igarapé-Miri regulou como dispositivos da Sociedade Agrícola Paraense: 1- o nome da associação; 2- que poderiam ser sócios pessoas de ambos os sexos, nacionais ou estrangeiros; 3- que os sócios seriam efetivos, auxiliares e honorários; 4- seriam sócios beneméritos os que prestassem serviços relevantes e os instaladores da sociedade. Segue-se ao todo 32 parágrafos do regimento (O AGRÁRIO, 1985, p. 1-2). O Barão de Igarapé-Miri, como proprietário de terras, era um escravocrata a favor da vinda de imigrantes que deveriam desenvolver a agricultura comungando com uma perspectiva do Relatório da Exposição Nacional de 1860 e do Relatório da Exposição Internacional de Londres de 1862.

Nesse sentido, ocorreu a inauguração da Escola Rural de D. Pedro II, em 13 de maio de 1861, localizada em uma fazenda em Pinheiros, nas proximidades de Belém. De acordo com o regulamento desta instituição, apresentavam-se áreas de cultivo (hortas, jardins e pomares),

criação de gado (vacum e cavalari), uma pequena fábrica de açúcar, uma escola primária para alfabetização; uma biblioteca; um depósito de máquinas e instrumentos para aragem da terra e uma sala de exposição agrícola; procurava-se instruir jovens trabalhadores nas técnicas agrícolas e zootécnicas; o projeto não conseguia se estabelecer e a escola fechou após dois anos de atividades (PARÁ, 1861).

No entanto, essa preocupação com o desenvolvimento da agricultura era perceptível entre os presidentes das províncias amazônicas no período imperial, mas essa atividade não excluía os produtos extrativos. Os presidentes de província pretendiam uma junção entre atividades extrativas dos recursos das florestas e a criação de áreas agrícolas, em especial, com a expansão da economia gomífera a partir da segunda metade da década de 1850, como afirma Patrícia Melo Sampaio (1997) no trabalho a respeito das elites manauaras entre 1840 e 1888; Luciana Batista (2004) em sua discussão sobre as elites belenenses entre 1850 e 1870 e Francivaldo Nunes (2008) na sua dissertação de mestrado acerca da Colônia Agrícola de Benevides.

Dialogando com essas duas possibilidades, os objetos apresentados pelas comissões paraense e amazonense podem ser entendidos como uma forma de divulgar os produtos extrativos, ao mesmo tempo em que os governos provinciais investiam em projetos agrícolas. Ambas eram formas de conquistar um progressivo domínio sobre o natural. Assim, vários objetos naturais das províncias do Pará e do Amazonas foram elencados como representativos do vale amazônico e da nação e encaminhados para Londres.

Dessa forma, a 1ª Exposição Nacional (1861), tornou-se um momento propício para afirmação regional das províncias mais afastadas e extrativistas (Pará e Amazonas), mesmo que a indústria amazônica no período fosse considerada incipiente pelo relatório, sua participação revelou um grande esforço das comissões do Pará e do Amazonas, perceptível no número de pessoas nas comissões e de produtos enviados, a vontade desses representantes de divulgarem bem suas províncias além de provavelmente ser um momento de serem vistos e circularem no ambiente de corte.

“Tornar o império conhecido e apreciado”: o Relatório da Exposição Internacional de Londres (1862)

Um dos principais nomes envolvidos com as formas regionais de representação do império brasileiro na Exposição Internacional de Londres (1862) foi Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Barão e Visconde de Penedo. Ele foi formado na Faculdade de Direito de São Paulo

(1839) e depois obteve doutorado pela Universidade de Oxford. Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro. Foi deputado por Alagoas de 1849 a 1852. Em 1852, foi nomeado para representar o Brasil junto aos Estados Unidos, entrando para o serviço diplomático. Exerceu vários cargos na Europa, entre eles o de ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha. Era certamente, por suas boas relações na Inglaterra, alguém bastante credenciado para ser o Presidente da Comissão do império brasileiro na Exposição Internacional de Londres (1862). O texto deste documento, transcrito pelo Barão de Penedo, menciona que o objetivo da comissão brasileira era

Tornar o império conhecido e devidamente apreciado, apresentando alguns espécimes de seus multiplicados e valiosos produtos, com o fim de permutá-los, e de excitar capitais, braços e inteligência da Europa para sua extração e preparo; dar uma ideia pastoque fraca da nossa atividade e civilização, fazendo assim desvanecer preconceitos, que se hajam formados contra nós, tal é o alvo principal a que visamos remetendo diversos produtos a Exposição Internacional de Londres (BRASIL, 1863, p. 2).

As exposições eram um tema de interesse da imprensa, como podemos perceber em um artigo publicado na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, no ano de 1862, que apresentou uma apreciação sobre a Exposição Internacional de Londres (1862). Neste texto, o articulista J. Pimentel observou que países de regiões diversas traziam seus produtos como "tributos à civilização moderna" e "retrato do mundo reduzido às dimensões de um grande museu". O texto seguiu observando diferenças em relação à disposição dos objetos nos museus e nas exposições. Para o autor, mesmo que houvesse semelhanças, ocorreriam diferenças, pois no museu as agrupações eram feitas por naturalistas segundo ideias e planos da ciência com tanto rigor que chegava a ser "tirania" e, por outro lado, as exposições seriam mais livres e explorariam o lado pitoresco (PIMENTEL, 1862, p. 474).

Nas exposições, a distribuição dos produtos era feita por critérios geográficos e políticos. Assim, cada nação teria certa liberdade para expor a "índole da raça e seu estado de civilização". O articulista observou que havia diferenças nas escalas de civilização dos países. Desse modo, tecidos de folhas de palmeira e esteiras da África Central e Ocidental destoam e contrastam com as sedas de Lion e as rendas de Bruxelas. Essa presença de objetos provenientes de culturas denominadas indígenas poderia ser notada nas exposições do Peru e do Equador.

Assim nas Exposições do Peru e da República do Equador viam-se vários objetos da indústria dos povos indígenas da América anteriores à conquista, entre os quais nos feriu com particularidade a atenção um martelo de prata, figurando uma cabeça humana, e também certos adereços de ouro dos próprios incas, que revelam que aqueles povos conheciam os processos metalúrgicos, e até possuíam notável sentimento artístico (PIMENTEL, 1862, p. 478).

O artigo da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* demonstrou o quanto as exposições internacionais chamavam a atenção do público para a diversidade das culturas de cada nação partindo dos objetos expostos e conseqüentemente as exposições incitavam observações comparativas. De algum modo havia um processo de regionalização das amostras de cada nação, compondo esse grande museu mundial.

A Coleção Brasileira enviada a Londres foi selecionada a partir de objetos apresentados na Exposição Nacional, inaugurada no Rio de Janeiro em 2 de Dezembro de 1861. O que significava que já havia sido feita uma apreciação criteriosa sobre as amostras com as informações precisas do Relatório da Exposição Nacional de 1861, escrito pelo Dr. Burlamaque. O Catálogo da exposição era um documento que gerava muita preocupação por ser “o epitome da indústria de um país e o resultado de informações ministradas por pessoas ao mesmo tempo científicas e práticas; contendo em forma condensada, fácil e popular, a estatística do país” (BRASIL, 1863, p. 71). Esse documento deveria ser traduzido em três línguas estrangeiras para fazer conhecer o Brasil no exterior.

O Relatório da Exposição Internacional de Londres (1862) expressa uma preocupação por parte da comissão brasileira de buscar um distanciamento das representações de outros países das Américas do Sul e Central, como se pode perceber na questão dos jurados. Para a Comissão Real da Exposição Internacional de Londres haveria a necessidade de que os jurados fossem em número proporcional ao espaço dado a América do Sul e Central. Segundo a Circular de 15 de fevereiro a comissão brasileira devia reunir-se com as comissões das Repúblicas de Costa Rica, da Guatemala, do Equador, do Peru e da Venezuela a fim de que fossem eleitos coletivamente dois jurados para representá-los no Júri Internacional. O Barão e Visconde de Penedo respondeu que a coleção brasileira ainda não havia chegado a Londres e por isso não se julgava habilitado a declarar aos Comissários Reais se seria possível exibir os produtos com os das Repúblicas Hispano-americanas. Além disso, argumentava que apenas dois jurados não seriam suficientes para dar conta da especificidade dos produtos brasileiros que seriam muito diferentes dos desses países. O relator seguia pedindo que o Brasil tivesse jurados em separado e que fossem considerados a extensão do território, a população, o comércio e a importância do Brasil no mundo.

Em 28 de fevereiro, os Comissários Reais enviaram a resposta, concedendo ao Brasil um jurado especial. Para o relator, essa decisão “importando uma exceção das regras estabelecidas para a constituição do Júri, foi ainda uma prova de consideração especial pelo Brasil” (BRASIL, 1863, p. 16-17). Mesmo com a busca de diferenciação, o Brasil tal como as

colônias e novos países do atlântico sul levavam vastas quantidades de objetos naturais. Da Amazônia, dentre os vários materiais já mencionados, foram ressaltados o tabaco, a borracha, as madeiras e o guaraná, sendo que dentre as espécies cultiváveis foi destacado o cacau, proveniente das províncias do Pará e Maranhão.

As folhas de fumo foram comparadas as de Cuba. Os jurados haviam refletido se estes poderiam um dia igualar-se a sua excelente qualidade. A borracha foi premiada no evento. As amostras sob N-273 pouco foram notadas pelos visitantes, no entanto os jurados consideraram-nas de melhor qualidade. Foram remetidas pelo Sr. Strauss do Pará em um cartão, sendo que as amostras eram transparentes e coloridas tendo sido preparadas por um novo método (BRASIL, 1863, p. 59 – anexo).

O Relatório aponta falhas na escolha e organização das amostras de madeiras, cuja apresentação não foi capaz de chamar a atenção dos setores ligados à arte naval, às construções civis e aos objetos de luxo. Os lugares que se destacaram foram o Canadá e a Tasmânia que trouxeram duas colunas imensas de madeira “para atrair a atenção sobre os vastos recursos das suas florestas” (BRASIL, 1863, p. 74 - anexo).

O guaraná chamou bastante atenção por ser um alimento energético, rico em cafeína, a mesma substância encontrada no café. A espécie vegetal recebeu a denominação de guaraná dos índios do rio Amazonas, sendo encontrada em profusão nas Guianas e na Venezuela. No Pará, o guaraná já era comercializado para Viena, que elaborou seis modos de preparo expostos na Coleção Austríaca (BRASIL, 1863, p. 58). É interessante notar que uma forma regional de representação da Amazônia, que é o guaraná, passa por transformações e aparece como representação de outra cultura, no entanto, não perdendo seu caráter de produto regional da Amazônia.

As exposições geravam toda uma produção escrita e imagética a respeito de um lugar, partindo de objetos significativos para a representação em álbuns e relatórios. Os objetos a serem expostos demarcavam escolhas do que deveria ser a identidade regional a ser vista pelas outras províncias e pela corte. Ao mesmo tempo evidenciavam a representação hegemônica de como o Brasil deveria ser visto lá fora pelas outras nações e isto indica que o processo de seleção e das escolhas realizadas é significativo de um período histórico e das perspectivas da “nobreza” regional sobre o que deveria representar a Amazônia. A seleção seguia para eleger objetos que representassem o país e suas regiões diante de outras nações. Essa tendência, demonstrada nas coleções das décadas de 60 e 70 do século XIX, é de uma objetificação de elementos naturais, retirados de seus contextos regionais, devendo ser organizados e

classificados, procurando submeter e controlar a natureza ou sociedades indígenas identificadas com ela⁶.

Podemos associar essas coleções de produtos com os aspectos elencados por Jean Baudrillard (2008, p. 111), que vislumbra a conexão das coleções aos valores de troca, à conservação, ao comércio, à exibição e ao ritual social num jogo de exterioridade das relações humanas. A natureza regional e nacional é tornada objeto comercial e simbólico de uma busca de domínio do mundo natural.

Ao mesmo tempo, esses produtos da floresta foram elencados como símbolos da região e da nação. Objetos e memórias se relacionam em uma proposta expositiva ligada à identidade nacional e regional. É exemplar a escolha de objetos representativos de cada região ou país presentes nas exposições nacionais e internacionais (CANCLINI, 1994, p. 93-115). Nesse sentido, a Amazônia é definida no exterior, na Exposição Internacional de Londres (1862), a partir de sua regionalidade, que fortalece o caráter nacional do império, ao mesmo tempo em que constitui uma totalidade representada nesse grande santuário de amostras de diversas regiões e países. Aqui, a noção de região como parte de uma totalidade, definida por Sandra Lencioni (1999), ganha toda sua potência, na medida em que os objetos regionais constituem um todo em exposição, apesar de não significar, até mesmo por suas várias limitações, toda a diversidade das regiões e países.

A região Amazônia na Exposição Internacional de Londres (1862) aparece a partir de seus objetos e produtos concretos. Isto é, representa-se a região em sua dimensão prática, como efetividade empírica, na perspectiva de Rogério Haesbaert (2010), a partir de seus traços materiais. Os objetos e produtos caracterizam uma natureza regional específica e particular do território brasileiro: a Amazônia. Desse modo, as formas regionais de representação da Amazônia não são de produtos da indústria moderna, dessa grande invenção humana que tende a significar o progresso e a civilização, mas de objetos e produtos extrativistas que evidenciam a relação de sua sociedade regional com a floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se o engajamento das províncias do Pará e Amazonas na política imperial, através de sua participação na Exposição Nacional de 1861 e na Exposição Internacional de Londres em 1862, permitindo observar o processo de seleção de objetos das províncias com

⁶ Para um maior detalhamento a respeito da ideia de patrimônio natural, ver: RONCAGLIO, Cyntia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, 2009. p. 111-128.

valor reconhecido no comércio internacional para representação da nação e da região Amazônia no exterior. Produtos, como a borracha, o fumo e o guaraná, foram escolhidos na Exposição Nacional (1861) para representarem o Brasil na Exposição Internacional de Londres (1862).

Por serem as províncias do Pará e do Amazonas dependentes economicamente das atividades extrativas como produtos de exportação, em especial do látex, a escolha dos objetos regionais para exposição era rica em “objetos naturais” com potencial comercial. Essa escolha convergia com o desenvolvimento de projetos agrícolas liderados por associações.

Ao mesmo tempo em que se elencava produtos naturais, pensava-se em fomentar a agricultura através de novas técnicas agrícolas e de sociedades criadas para debater e difundir essas ideias. Essa escolha em patrimonializar a natureza e levar elementos da diversidade regional para expor no exterior, na Exposição Internacional de Londres (1862), esteve presente em outros países latino-americanos como México, Venezuela e Chile.

Pelas formas regionais de representação, constituindo um universo de objetos, a Amazônia aparece na Exposição Internacional de Londres (1862) a partir de sua relação com a floresta. “A indústria ausente” é a representação regional da Amazônia nessa exposição mundial dos grandes feitos da civilização moderna.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José Coelho da Gama. **A Amazonia: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil**. Lisboa: Typographia Minerva, 1883.
- AMOROSO, Marta. Crânios e cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX. **Revista de História**, n. 154, 2006, p. 119-150.
- BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**, v. 4, 1996, p. 211-61.
- BATISTA, Luciana Marinho. **Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)**. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema de objetos**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BENNETT, Tony. **The birth of the museum: history, theory, politics**. London: Routledge, 1995.
- BRASIL, Império do. **Relatório Geral da Exposição de 1861**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
- BRASIL, Império do. **Relatório sobre a Exposição Internacional de 1862**. Londres: Thomas Brettell, Rupert Street, Haymarket, 1863.
- BRASIL, Império do. **Catalogos dos Produtos Naturaes e Industriais Remettidos das Províncias do Imperio do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862b.

- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, 1994, p. 93-115.
- CUNHA, Euclides. Amazônia terra sem história. In: SENADO FEDERAL. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 113-130.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Unesp, 2009.
- HARVEY, David. **Paris, capital of modernity**. London: Routledge, 2003.
- HEIZER, Alda. Considerações sobre a participação da América Latina nas Grandes Exposições da segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 9, 2010.
- LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. **Topoi**, v. 16, n. 30, 2015, p. 157-181.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LÓPEZ-OCÓN CABRERA, Leoncio. La América Latina en el escenario de las Exposiciones universales del siglo XIX. **Procesos Revista Ecuatoriana de Historia**, n. 18, 2002, p. 103-126.
- MURILLO SANDOVAL, Juan David. De lo natural y lo nacional: representaciones de la naturaleza explotable en la Exposición Internacional de Chile de 1875. **Historia**, n. 48, 2015, p. 272.
- LONDRES. **The penny guide to the International Exhibition and Official catalogue of the Fine Art department ... And Official catalogue of the Industrial department London, 1862**. Coleção especial da Universidade de Glasgow. Disponível em: <http://special.lib.gla.ac.uk/teach/century/designreform.html>. Acesso em: 22 de julho de 2019.
- NEVES, Margarida Souza. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1986.
- NEVES, Margarida Souza. As "arenas pacíficas". **Gávea**: revista de história da arte e arquitetura, 1988, p. 28-41.
- NUNES, Francivaldo Alves. **A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.
- O AGRÁRIO**, Belém, 01 de setembro de 1985.
- PARÁ, Governo da Província do. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Pará**, 17 de agosto de 1861.
- PARÁ. Regulamento da Escola Rural D. Pedro II. In: AMARAL, Angelo Thomaz. **Relatório com que o Exm. Sr. Angelo Thomaz Amaral Presidente da Província do Grão-Pará ao Exm. Vice-presidente Olyntho José Meira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma**. Pará: Typ. Santos & Irmãos, 04 de maio de 1861, p. A11-I a A11-III.
- PIMENTEL, J. A Exposição Internacional de 1862. **Revista Contemporânea Portugal-Brasil**, vol. 4, n. 9, 1862.
- PITA FILHO, Almir. Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola na Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, v. 11, n. 12, 1991, p. 71-92.
- RONCAGLIO, Cyntia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, 2009, p. 111-128.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne. Tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

- SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, vol. 24, n. 3, 2017, p. 785-826.
- SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto e as "seções de geologia" do Brasil nas exposições universais. **REM: Revista Escola de Minas**, 2006, p. 347-353.
- TOCANTINS, Leandro. **Amazônia, Natureza, Homem e Tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.
- VERÍSSIMO, José. **A Amazonia – Aspectos econômicos**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brazil, 1892.